

# NEGROS DEGENERADOS, ÍNDIOS NÃO CIVILIZADOS: CIENTIFICISMO E SOCIEDADE AMAZÔNICA NA OBRA MOTINS POLÍTICOS

*Luciano Demetrius Barbosa Lima\**

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar as referências sobre populações negras e indígenas na narrativa intitulada *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Elaborado em finais do século XIX pelo historiador e político Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), esse estudo caracterizado pela descrição de uma série de conflitos políticos e sociais ocorridos no Grão-Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, e transformado, ao longo do século XX, em fonte central para a história da Cabanagem, também foi marcado por inúmeras referências científicas direcionadas aos índios e negros. Ao analisar essas percepções, valorizadoras de concepções raciais e civilizatórias, esse estudo objetiva adentrar em um caminho pouco conhecido e instigante do presente livro e do pensamento de seu autor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia, Cabanagem, Cientificismo, Negros, Índios.

**ABSTRACT:** This article want analyze the references about populations black and indigenous in narrative titled Political Riots or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835. Elaborated in the end of nineteenth century, by the historian and political Domingos Antonio Raiol (Baron of Guajará), this study, characterized by description a series the political and social conflicts occurred in Pará, between the decades of 1820 and 1830, and transformed, to Long of century XX in fount main for history of Cabanagem, too was marked by numerous references scientific directed to indians and blacks. Through The analyze these perceptions, molded by of racial conceptions and civilizing, this objective study enter in path little known and provocative this book and thought its author.

**KEY WORDS:** Amazon, Cabanagem, Scientism, Blacks, Indians.

---

\* Mestrando em História Social da Amazônia pela UFPA. Contato: dehistoriador@yahoo.com.br.

Uma monarquia “encravada bem dentro do continente americano” (Schwarcz, 1998, p. 126). Um governo que necessitava criar uma identidade nacional. Esses são pontos comuns de debate para os representantes da pequena elite letrada brasileira que se formou ao longo do século XIX. Foi nesse período, no qual muitos integrantes e admiradores do regime monárquico aventuravam-se no mundo das letras, objetivando “criar uma historiografia para esse país tão recente” (Ibidem, p. 127), que um jovem paraense, ainda iniciante no espaço da política, e preocupado em “tornar mais conhecida do que é a história da província onde nasceu” (Raiol, 1970a, p. 412), resolveu inserir-se no mundo político e historiográfico de sua época.

Entre os diversos livros e artigos que o político e historiador Domingos Antônio Raiol<sup>1</sup> escreveu ao longo do tempo, um ganhou repercussão, seja por seu volume de páginas, pela riqueza documental ou por tratar de uma temática nova e melindrosa: o passado político e social mais recente do norte do Brasil. Esse estudo, elaborado em cinco tomos<sup>2</sup> foi denominado *Motins Políticos* ou *História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Por meio dessa obra, Raiol discorreu sobre o período que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes as convulsões populares”. (Raiol, 1970a, p. 7) Através da investigação desses acontecimentos, ele objetivava “compreender – a partir dos jogos da política e dos políticos imperiais – os

---

<sup>1</sup> Segundo Pedro Pombo de Chermont Raiol (1970, p. 9-10) Domingos Antônio Raiol era filho de Pedro Antônio Raiol e de Dona Archangela Maria da Costa Raiol. Ele nasceu na Vila da Vigia, hoje elevada à categoria de cidade, no dia 4 de março de 1830. Aos 5 anos, Domingos Antônio Raiol, ficou órfão, seu pai, Pedro Antônio Raiol, vereador do Conselho Municipal da Vigia, foi morto pelos cabanos em 23 de julho de 1835. Em Belém, estudou Humanidades, seguindo depois para Recife onde se bacharelou em Direito em 1854. Em 18 de fevereiro de 1871 casou com D. Maria Vitória Pereira de Chermont. Além de extensa vida política, como deputado (1863-1866), presidente provincial em Alagoas (1882), Ceará (1883), e São Paulo (1883), Raiol foi agraciado com o título de Barão de Guajará, por carta Imperial de 3 de março de 1883. Faleceu em Belém, em 29 de outubro de 1912.

<sup>2</sup> O 1º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará a querer separar-se do Brasil e depois se associar a ele novamente” (Ricci, 2002, p. 30). Esse estudo, transformado pela sua riqueza documental e volume de informações em fonte substancial para o estudo da Cabanagem, representou também os percalços e experiências pessoais de seu autor em seu longo processo de escrita e publicação, pois interagiu com os propósitos político-ideológicos em vigor no contexto do regime monárquico brasileiro. Assim, acreditando nas intrínsecas relações da obra de Domingos Antônio Raiol com os métodos e perspectivas historiográficas e literárias hegemônicas no Império, durante a segunda metade do século XIX, esse artigo almejará apresentar algumas das percepções científicas<sup>3</sup> do negro e também do índio na obra *Motins Políticos*, pois apesar da existência de um enfoque político hegemônico, o meio social não foi excluído, possuindo nesse livro interessantes descrições, permeadas por aspectos biológicos, civilizatórios e até sob influência do pensamento racial.

É importante também enfatizar que o cientificismo não foi algo restrito à historiografia. No meio literário, passou a ser conhecido como realismo/naturalismo,<sup>4</sup> e “dominou os romancistas do Amazonas ao Rio e São Paulo”

---

<sup>3</sup> Desenvolvido na segunda metade do século XIX, a partir da Europa e dos EUA, o cientificismo/naturalismo se caracteriza pelo uso na história e literatura, de pensamentos e conceitos pertencentes ao mundo científico. Assim, por meio da inserção de idéias científicas e doutrinas filosóficas, como o pensamento dialético de Hegel, o positivismo de August Comte, o socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels, o evolucionismo de Spencer e Charles Darwin e o determinismo de Hypolite Taine, muitos intelectuais brasileiros acreditavam que poderiam encontrar soluções para problemas nacionais e aproximar seus escritos da racionalidade científica. Para maiores informações ver: SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993. POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano – Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974. SKIDMORE, Thomas E.. *O Preto no branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>4</sup> Em alusão ao realismo/naturalismo ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965. BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas*. São Paulo: Unicamp. 1991. ROMERO, Sívio. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo: Tipografia da Província. 1882.

(Needell, 1993, p. 214), que almejaram inserir em seus livros uma “espécie aliança entre ciência e literatura, ou seja ‘a ideia de uma literatura determinada pela ciência’” (Moisés, 2004, p. 315). Assim, em um período onde a presença de ideias científicas foi uma constante no meio intelectual brasileiro, refletindo-se de múltiplas formas nas mais variadas narrativas. João Manuel Pereira da Silva, em seu livro *Historia da fundação do imperio brasileiro* (1865), expressava que o Brasil só iria chegar à civilização caso formasse “uma nação homogênea de língua, de raça, de costumes e de interesses” (Silva, 1865, p. 45).

Thomaz Pompêo de Souza, no seu *Compendio elementar de geographia geral do Brasil* (1864), acreditava que as raças humanas se “distinguem pelo seu caracter physico, isto é, feições, cores, cabellos, estatura. Estas raças são três; outros dizem cinco, e até seis, a saber: Caucasea ou européia, (...) Mongolica ou asiatica (...) Ethiope ou africana (...) Malaia ou da America” (Brasil, 1864, p. 83).

Tavares Bastos, em sua obra *O Valle do Amazonas* (1866), referindo-se ao povoamento dessa região, defendia que o “cruzamento de raças” vai fazendo surgir uma “população nova (...). A sciencia provará que os elementos não indígenas, o sangue caucasico ou o africano, já predominam nos povoados. (...) o indio primitivo desaparece, deixando atrás de si uma descendencia (...) mais inclinada ao influxo da civilização” (Bastos, 1866, p. 293).

Os pensamentos expressos por esses intelectuais representam exemplos de como o cientificismo, por meio de variadas características, estava começando a inserir-se em diversos trabalhos historiográficos ou não, durante aquele contexto. Raiol fazia parte desse “grupo” de intelectuais, pois em seu livro *Motins Políticos*, deixou transparecer algumas dessas perspectivas, que apesar de sua significância, praticamente não foram analisadas em trabalhos posteriores, direcionados a presente obra. Contudo, antes de qualquer referência à presença do pensamento científico no estudo em questão, é fundamental perceber como as ideias científicas penetraram no país e foram absorvidas pelo Barão.

Um dos principais centros de difusão dessas ideias no Brasil foi a Faculdade de Direito fundada em Pernambuco. Originadas por meio da Carta de Lei implementada pelo Imperador D. Pedro I, de 11 de agosto de 1827, que dava origem ao mesmo tempo aos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um em Olinda e outro em São Paulo, as Faculdades de Direito simbolizavam

a oportunidade dos filhos da elite em fazer um curso que os habilitassem nas leis e na constituição recém-criada. Era, portanto fruto dos ideais ilustrados e de suas práticas.

Em suas primeiras décadas, a Faculdade de Direito na província de Pernambuco esteve marcada pela influência do sentimentalismo e subjetivismo, que “tomou ascendência na época romântica” (Romero, 1980, p. 306). Após 1870, as atividades de um grupo de estudiosos, entre os quais faziam parte nomes como Silvio Romero e Tobias Barreto, foram responsáveis pela geração formadora da “Escola do Recife”, um dos mais conhecidos movimentos intelectuais brasileiros do segundo reinado, que contribuiu para a difusão no país de ideários científicos como: o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, pensamentos que ajudaram a valorizar as “noções de raça e natureza com o fim de dar fundamentos ‘objetivos’ e ‘imparciais’” (Ventura, 1991, p. 11).

Outra instituição que ajudou a difundir esses pensamentos foi IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).<sup>5</sup> Esta organização criada em 1838, e encarregada pela produção de um saber histórico no Brasil imperial. Após a segunda metade do século XIX, momento no qual a produção histórica, principalmente em solo europeu, almejava o status de ciência, repercutiu ainda de forma prematura, algumas influências das teorias evolucionistas e raciais, incentivando a realização de pesquisas que envolviam essas temáticas, como pode-se perceber em um texto de Manuel de Araújo Porto-Alegre na *Secção ethnographica e narrativa de viagem*, publicado na Revista do Instituto em finais da década de 1850:

---

<sup>5</sup> Em referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ver: GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial – os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, n. 01.

Os principais elementos que servem para distinguir as raças humanas são: a organização física, o carácter intelectual e moral, as línguas e tradições históricas. Estes elementos diversos não tem ainda sido estudados, sobretudo relativamente aos indígenas do Brasil, de maneira a assentar em suas verdadeiras bases a ciência da ethnologia. (...) so se poderá adquirir noções suficientes por meio de desenhos fidelísimos do todo, principalmente da cabeça, os quaes deverão ser tirados de face e de perfil, (...) para mais segurança haverá o cuidado de medir grande numero de individuos adultos, assim como seus ângulos faciaes, procurando (...) verificar se a maior abertura do angulo attesta maior intelligencia (...). Convém igualmente colligir craneos de todas as raças dos naturaes do paiz. (Porto-Alegre, 1856, p. 67)

Além de reveladoras, as palavras de Manuel de Araújo Porto Alegre mostram algumas das diretrizes do IHGB em relação ao estudo de populações indígenas no Brasil. Elas deixam transparecer que, já naquele contexto, havia começado entre a intelectualidade do instituto, a recepção de influências do pensamento cientificista, como por exemplo, a ideia da existência de várias “raças humanas” e a prática da “medição craniana”, além da valorização do estudo da antropologia e ethnologia, como atesta a citação.

Vale enfatizar, que no tocante a sociedade brasileira, a intelectualidade do IHGB desenvolveu uma “postura dúbia (...) com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista, mas determinista no que se refere ao ‘potencial civilizatório dessa raça’” (Schwarcz, 1993, p. 111). Enquanto que em relação aos índios, havia percepções diversas “seja uma perspectiva positiva e evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica, em que o indígena surgia representando enquanto símbolo da identidade nacional” (Ibidem, p. 111). Esses aspectos deixam transparecer que a gradativa inserção dessas ideias gerou contradições e posições múltiplas nos quadros da intelectualidade nacional.

Domingos Antônio Raiol, possivelmente sofreu influências destes dois “centros” de difusão do cientificismo, pois no nordeste residiu por vários

anos, tanto no papel de estudante na Faculdade de Direito em Pernambuco, como no de presidente provincial de Alagoas e Ceará. Além disso, no IHGB foi Sócio Correspondente, em constante contato com os intelectuais desta instituição. Ademais, por estar inserido diretamente no processo de consolidação do regime Imperial, nos campos intelectual e político, como no caso dos debates acerca da livre navegação na Amazônia,<sup>6</sup> Raiol teve acesso a muitas destas ideias afirmando, por exemplo, no livro *Abertura do Amazonas*, ser um grande conhecedor do pensamento de naturalistas como “Bates, Gibbon, Herdon e de outros estrangeiros que têm viajado e residido nos vales do Amazonas, mas o importante e precioso juízo de Agassiz dispensa qualquer outro”. (Raiol, 1970b, p. 128).

Louis Agassiz, um dos representantes do pensamento cientificista, que visitou a Amazônia e o Rio de Janeiro em 1865, e retornou aos “Estados Unidos da América carregando na bagagem anotações frescas sobre esse território que se transformara no paraíso dos naturalistas” (Schwarcz, 1993, p. 13), era admirado por Raiol, que relembra as percepções dele acerca do “clima” e “salubridade” do Amazonas, divulgadas no Rio de Janeiro “1866”. (Raiol, 1970b, p. 126).

Outra resposta plausível para esta ligação pode ser creditada no aspecto de que tanto Domingos Antônio Raiol, como também muitos autores brasileiros da época, testemunharam os impactos ocasionados pela revolução científica e pelo Darwinismo, difundidos a partir do continente europeu no último quartel do século XIX, pois como afirmavam Y. Delage e M. Goldsmith, na virada do século XIX: “A nossa geração, educada sob influência dos pensadores modernos, está tam habituada ao conjunto de concepções que constituem o nosso credo científico, e sobretudo à sua idea fundamental, a idea da evolução” (Delage; Goldsmith, 1909, p. 1).

---

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre o Processo de abertura do Rio Amazonas a livre navegação internacional ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

A análise do texto do Barão através dessas percepções sugere que havia, para alguns intelectuais e políticos no decorrer da segunda metade do século XIX e início do XX, entre eles Domingos Antônio Raiol, uma valorização do pensamento cientificista, caracterizado pelas percepções evolucionistas, biológicas ou raciais variadas, e muito difundidas naquele contexto histórico. Por isso, se a metodologia adotada por Raiol na sua busca pela “verdade histórica” pouco mudou durante os anos de elaboração de *Motins Políticos*, o mesmo não se pode afirmar no tocante à utilização de alguns conceitos pertencentes às ciências naturais que passaram a ser utilizados, pois naquele contexto toda a “idea científica, (...) acha directamente ou passando para as outras sciências, uma aplicação nos domínios que tocam de mais perto a existência material do homem e nas questões filosóficas, morais e sociais por que se apaixonou” (Ibidem, p. 386).

Evidentemente o uso destes pensamentos no texto do Barão de Guajará, não ocorreu unicamente de forma metafórica, estando implicitamente integrados a uma série de valores, presentes no seu discurso, que proporcionaram o fortalecimento de uma análise classificatória e hierarquizadora, também caracterizada pela valorização de uma “explicação biológica” (Neto, 1997, p. 320), cada vez mais comum no meio intelectual brasileiro e mundial naquele período, pois como ressaltou Ernesto Heckel o “domínio immenso das sciencias alargou-se suprehendentemente durante o seculo XIX; muitas partes da historia natural tornaram-se independentes; foram inventados methodos novos de investigação” (Heckel, 1910, p. 83). Sob este prisma, o uso de elementos originados do cientificismo para explicar as populações negras amotinadas foi constante nos escritos de Raiol, como será observado no tópico a seguir.

## **A NATUREZA “INFERIOR” DO NEGRO: ANALISANDO A PRESENÇA DE TEORIAS RACIAIS NA OBRA MOTINS POLÍTICOS**

Ao longo das últimas décadas do século XIX, em um ambiente marcado pelas ações do movimento abolicionista, imigração e difusão do pensamento

cientificista no Brasil, Domingos Antônio Raiol elaborou e publicou sucessivamente os tomos que iriam compor sua obra *Motins Políticos*. A escrita e pesquisa desse livro, realizada por um intelectual e político imperial contemporâneo a esses eventos, não esteve imune as polêmicas deflagradas na época, particularmente ao tratar da participação de populações negras nos movimentos de rebelião ocorridos no Grão-Pará.

O Barão, que havia demonstrado no livro *A Abertura do Amazonas*, seu apoio ao pensamento racial, expressando em relação à colonização da Amazônia, que a mesma deveria ser realizada por “raças laboriosas e moralizadas” (Raiol, 1870b, p. 21), e elogiado o estudioso Louis Agassiz pela “brilhante preleção que fez na Côrte do Império em maio de 1866” (Ibidem, p. 126), encontrava nas referências sobre a participação negra nos “motins” do Grão-Pará, outra via de acesso para expor essas concepções, direcionando as populações de origem africana na Amazônia, opiniões caracterizadas por critérios evolucionistas e biológicos. Nessa perspectiva, Domingos Antônio Raiol vislumbrava as populações negras amotinadas, não apenas como rebeldes. Havia em seu discurso certa aceitação de ideias raciais, ainda que em muitos momentos encobertas por descrições generalizantes ou metafóricas sobre as turbas.

Ademais, é válido ressaltar que as teorias raciais, desenvolvidas principalmente a partir do século XIX, possuíam a perspectiva de hierarquizar os traços físicos e mentais humanos, categorizando os brancos como portadores de maior “capacidade” intelectual que as outras “raças”, não esteve em momento algum desvinculada do mundo natural, na qual os *poligenistas* acreditavam que os grupos humanos, por exemplo, descendiam de diferentes tipos de primatas, enquanto que os *monogenistas* defendiam uma origem humana única, mas que se encontrava em diferentes estágios de evolução, sendo os brancos considerados os mais “evoluídos”.

Longe de ser um pensamento unicamente teórico, o discurso racial do século XIX procurava ter uma fundamentação centrada na natureza biológica dos seres humanos, na qual a ideia de raça era ancorada em “critérios” de classificação física e comportamental. Partindo deste pressuposto, a presença de teorias raciais na narrativa da obra *Motins Políticos* não pode ser desvinculada

de sua suposta relação com o mundo natural amazônico, pois é perceptível no discurso de Raiol, e de outros intelectuais contemporâneos, a relação entre natureza e grupos raciais considerados “inferiores”. Dessa maneira:

Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, desenvolvendo, portanto, a eugenia. (...) Estes pensadores antagonizavam com teóricos que, como Gobineau, acreditavam na tese de que a natureza produziria um número limitado de tipos correspondentes às raças puras primordiais, que iriam se degenerando gradativamente, de acordo com o grau de miscigenação que atingisse. (Santos, 2001, p. 51)

Receptivo e alicerçado nestas concepções científicas, difundidas a partir da Europa, Raiol deixou perceber em vários de seus escritos ou falas políticas, ser um defensor da ideia de existência de várias raças, e principalmente da hierarquia entre as mesmas. Assim, na narrativa de *Motins Políticos*, podemos encontrar em vários momentos a presença de ideias pertencentes ao discurso racial, particularmente direcionado às populações de “cor”. Estes pensamentos, expressos metaforicamente ou não, se concentraram nos últimos três tomos, elaborados após 1870, marcados pela difusão do pensamento científico e pelo “impacto” do movimento abolicionista, que agitava o Brasil na época.

Um exemplo dessa postura ocorreu em 1883, momento no qual Raiol exercia a presidência da Província do Ceará, pois, ao perceber que os oficiais do “exército desempenharam um papel importante na luta pela abolição (...) escreveu ao Primeiro-Ministro Paranaguá reclamando a organização de um clube abolicionista militar e pedindo a transferência do décimo-quinto batalhão” (Schulz, 1994, p. 98), no que foi atendido.

Outro acontecimento que supostamente expõe a perspectiva “antiabolicionista” do Barão de Guajará, foi ocasionado pela formação da chamada “República de Cunani”, formada por escravos fugidos na região do atual Amapá, que apesar da diversidade de interesses e influências, inclusive

do Haiti, representava uma ameaça aos proprietários de escravos na Amazônia. Em oposição à mesma, “sucessivas expedições comandadas por Domingos Antônio Rayol, então governando a província do Pará, acabaram destruindo o projeto libertário dos negros escravos” (Aquino, 1999, p. 59). Mesmo envolvido em muitas dessas ações polêmicas, ocorridas nos anos finais do Império e da escravidão no Brasil, é importante ressaltar que a postura do Barão de Guajará em relação à abolição ainda é uma incógnita, sendo necessária a realização de estudos mais sistemáticos sobre o assunto.

Por outro lado, na obra *Motins Políticos*, fica perceptível a presença de fragmentos de um discurso político-racial por parte do Barão, caracterizado em alguns momentos pela ênfase a associar metaforicamente as ações das “turbas” na Amazônia a um discurso que se aproximava das ciências biológicas. Dessa forma, Raiol considerava os motins, com forte participação de negros, índios e mestiços como uma enfermidade que deveria ser erradicada, utilizando-se constantemente de termos como: “germens do descontentamento popular” (Raiol, 1870b, p. 804), “vírus da anarquia” (Ibidem, p. 517), “lepras sociais” (Ibidem, p. 413), “enfermidades públicas” (Ibidem, p. 628) etc.

Além de associar de forma metafórica os motins no Pará a doenças, o Barão, influenciado pelas concepções desenvolvidas no século XIX, caracterizadas pela valorização do “ideal científico no campo das ciências humanas – inspirado pela poderosa mecânica newtoniana”, (Mallato, 2007, p. 49) acreditava que os movimentos de rebelião podiam ser explicados à luz dos fenômenos pertencentes às ciências exatas e naturais:

Quer na ordem física, quer na moral, os fatos estão subordinados a princípios eternos e imutáveis. As modificações circunstanciais não os alteram em sua essência. É assim que os motins obedecem às leis invariáveis de sua natureza: uma vez germinados, crescem e frutificam, prendem-se entre si e seguem o seu rumo fatal (Raiol, 1870b, p. 803).

Por meio de trechos como este Raiol deixava transparecer que sua percepção sobre os “motins” não era permeada unicamente de valores

provenientes da biologia, ele percebia esses movimentos sociais através de uma lógica marcada pela presença das ciências exatas e naturais difundidas em sua época. No pensamento do Barão, as rebeliões populares podiam ser explicadas em suas causas e efeitos, por meio de uma “‘ordem moral das sociedades’. Assim como certas leis e fenômenos da ‘ordem física’, as sociedades também teriam sua ‘lógica natural’” (Ricci, 1993, p. 17). A visão cientificista da história dos “motins”, presente na narrativa de Raiol, consubstanciou-se na valorização de princípios objetivos, baseados em características eruditas e evolucionistas, nos quais os eventos humanos poderiam ser explicados em suas “causas” e “consequências”.

Além de associar os motins a doenças ou as leis da mecânica, demonstrando influências cientificistas, Raiol defendia a suposta existência de um “ódio de raças dos homens de cor contra os brancos que eram em menor número, e ninguém mais pôde escapar das vinditas particulares” (Raiol, 1970a, p. 806). Essa percepção, valorizadora de caracteres raciais, tipicamente cientificistas, era reforçada em razão de Raiol, ao descrever a participação negra nos motins, associar os supostos atos de violência cometidos pelos rebeldes de “cor”, a fatores biológicos, como pode-se perceber na citação a seguir:

Depois do abandono da capital, ninguém mais ousará contrariá-los; e, pois, só rancores e sentimentos profundos de raças que se consideravam vilipendiadas, a não ser demência, aberração da natureza ou perversidade levada ao seu auge, podiam instigar tão desumanos cometimentos. (Ibidem, p. 925).

Ao descrever as ações impetradas pelos negros envolvidos na Cabanagem, após a conquista da capital provincial Belém, Raiol deixa transparecer, que em sua opinião, a participação de “homens de cor” que “privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades (...) assassinando os homens brancos que encontravam” (Ibidem, p. 898-899). Assim, para o Barão, as causas para a ocorrência dos motins do Grão-Pará, estavam muito além das questões políticas ou econômicas. Os “rancores e

sentimentos profundos de raças” ficavam no subconsciente dos negros rebelados, que intensificaram seu ódio contra as populações brancas. Raiol interpretava os amotinados de origem africana através de concepções influenciadas pelos pensamentos raciais cientificistas, nos quais os atos “violentos” das populações negras no movimento cabano podiam ser comparados a uma “aberração da natureza”. Sem desprezar os aspectos político-ideológicos, o Barão de Guajará considerava, especificamente em relação aos negros rebelados, a presença de caracteres biológicos como determinantes nas ações dessas populações.

A valorização da perspectiva de “luta racial” direcionada aos “motins” tornou-se, nesta obra, uma preocupação constante, pois de acordo com seu autor, o pensamento cientificista se transformava em “instrumento” indispensável para a respectiva narrativa. O medo do Barão em relação às populações negras amotinadas era evidente, a ponto de este historiador considerar que os “motins” no Grão-Pará não simbolizavam apenas uma luta por interesses políticos ou econômicos, mas envolvia também um suposto ódio das populações negras em relação aos brancos. Para Raiol, tal situação representava uma “degeneração” do movimento:

O movimento faccioso tinha degenerado em ódio de raças, ódio nascido de vexames e extorsões de que se julgavam vítimas os índios, os pretos, os mestiços e os seus descendentes, ódio entranhado desde os tempos coloniais e sufocado por muitos anos, o qual irrompera nesses dias nefastos contra os opressores verdadeiros ou imaginários daqueles. (Ibidem, p. 925)

Além do caráter de vingança, a presença do termo “degenerado” para descrever a situação em que se encontravam as lutas políticas naquela província, se constituiu em um exemplo claro da valorização por parte do Barão em relação a essas concepções raciais. Nesse sentido, a presença do termo “degenerado”, mesmo que de forma metafórica, na obra de Raiol, se constituiu em um indício interessante da aceitação das ideias contidas no pensamento *poligenista*.

Segundo os intelectuais que compactuavam com esse pensamento “a ‘degeneração’ (...) poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’” (Schwarcz, 1993, p. 56), aspecto que contribuía para supostamente “enfraquecer” as mesmas, por isso, muitos defensores dessas concepções eram contra a “hibridação”, termo depreciativo utilizado para denominar a mestiçagem. Além dessas características, o uso desse termo possibilita também entender que para Raiol, os “motins”, com a participação cada vez maior de negros, colocavam em perigo a manutenção do status quo, por ameaçarem a própria existência dos brancos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que ressaltava a ameaça da participação negra nos movimentos de rebelião, Domingos Antônio Raiol demonstrava estar “atualizado” frente aos estudos raciais mais conhecidos no Brasil de seu tempo, ao procurar traçar um quadro referente à distribuição populacional amazônica na época regencial, e utilizando como critério o pensamento cientificista desenvolvido por José Veríssimo em sua obra *Cenas da vida amazônica*, como se pode observar na citação a seguir:

Em 1833 calculava-se a população livre do Pará em 119.877 habitantes, inclusive 32.751 índios; e a escrava em 29.977. Não entraram neste cálculo os mestiços descendentes da raça branca cruzada com a indígena e africana, os quais deviam atingir a soma muito mais elevada que a dos índios e africanos referidos (...). *Nas Cenas da Vida Amazônica*, (...) o Sr. José Veríssimo sustenta ainda hoje que os mestiços formam mais de duas tércas partes da população paraense; e tratando do cruzamento de raças nas regiões amazônicas, faz interessantes considerações sobre os tapuios, curibocos, mamelucos, mulatos, carafuzes e outras castas que nascem do entrelaçamento destes entre si. (Raiol, 1970a, p. 806)

Inseridas pelo Barão de Guajará em nota de rodapé, em uma página que tratava do suposto “ódio de raças”, entre populações negras e brancas no Grão-Pará, essas palavras instigantes indicam que a preocupação desse autor, quanto aos conflitos deflagrados na região, envolvia diretamente a questão

racial. Além disso, o uso de termos como: “cruzamento de raças”, “mestiço” demonstra que Domingos Antônio Raiol conhecia e fazia uso de todo um jargão cientificista, comum no meio intelectual de seu tempo.

Ademais, elas deixam transparecer que na opinião do Barão, a existência de um grande número de mestiços, índios e negros em detrimento a minoria branca, correspondia a mais uma preocupação a manutenção da ordem na Amazônia durante os movimentos de rebelião na época regencial.

Outro ponto a ser ressaltado é que as percepções do Barão de Guajará, direcionadas as populações negras amotinadas, eram consequência de todo um contexto histórico e político, no qual a temática da escravidão era uma questão importante, e a perspectiva de “branqueamento” da população brasileira encontrava-se enraizada no plano ideológico das elites intelectuais e políticas do império, que sob a “influência das teorias científicas raciais que então se produziam na Europa e nos Estados Unidos (...) passam a tratar o tema do negro (...) da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante” (Azevedo, 2004, p. 51).

Domingos Antônio Raiol, mostrou essa preferência em outros estudos, particularmente no livro *Abertura do Amazonas*, obra caracterizada por conter diversas falas políticas parlamentares em defesa da abertura comercial desse rio, em que esse autor apoia o processo de imigração europeia para o norte do império, como forma de impulsionar o processo “civilizatório” para a região. Além dessa argumentação liberal em defesa do “progresso” e “civilização” em relação à Amazônia, é preciso lembrar que para algumas lideranças políticas imperiais da segunda metade do século XIX, o negro deveria aparecer apenas “como um fator dinâmico da vida social e econômica” (Ortiz, 1985, p. 19), e nunca no papel de turbas amotinadas, pois no pensamento de Raiol, a presença da raça “inferior” negra seria uma das causas para a “degeneração” do movimento a um patamar ainda mais degradante e ameaçador.

Sua preocupação, ao inserir constantemente argumentos metafóricos ou não, com termos pertencentes ao cientificismo, era contemporânea, pois o fortalecimento e a falta de controle sobre o movimento abolicionista era para o Barão uma ameaça significativa de transformar o Brasil em um novo Haiti:

O sentimento de insegurança social e o ‘haitianismo’, ou seja, o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a que se dera no Haiti em 1794, não devem ser subestimados como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contrarrevolução europeia. (Dias, 2005, p. 23)

Na percepção de Raiol, a história tinha uma grande responsabilidade de esclarecimento às elites político-sociais do Império, pois ela “transmite o passado a posteridade reproduzindo as cenas que (...) lhe podem servir de normas de conduta no grande teatro da vida” (Raiol, 1970a, p. 416). Assim, sua narrativa tinha a missão de mostrar que os “motins” trouxeram prejuízos para todos, pois além de terem se “degenerado em ódio de raças, (...) tanto sofreram os brancos, como os tapuias e homens de cor” (Ibidem, p. 1000). Além disso, as medidas aplicadas aos grupos rebeldes sobreviventes, compostos por “índios, mestiços e pretos (...) maiores de dez anos” (Ibidem, p. 987), que foram obrigados a fazer parte do Corpo de Trabalhadores,<sup>7</sup> eram na percepção do Barão, as melhores soluções para conter e moralizar os grupos mais “ociosos e turbulentos” (Ibidem, p. 988), que deveriam ser mantidos sob domínio pelas populações brancas.

Aplicando fragmentos de pensamentos raciais aos estudos sobre as lutas político-sociais na Amazônia, Raiol delineou em múltiplos momentos da obra *Motins Políticos*, observações importantes que além de aprofundar o conhecimento sobre a participação negra nos movimentos de rebelião, permitiam verificar o contraste existente entre essas populações e os ideais

---

<sup>7</sup> Estabelecido por iniciativa do brigadeiro Francisco José de Souza Andréa, o Corpo de Trabalhadores tinha oficialmente o objetivo de abastecer a província com mão-de-obra qualificada. Contudo, funcionou muito mais como forma de conter e explorar a massa de negros, índios e mestiços livres ou libertos no período posterior a ocorrência da Cabanagem. Para maiores informações ver: SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed., Brasília: Ministério da Cultura; Belém: SECULT, 1988. BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil. Grão-Pará: 1859-1888). Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009. MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descalços: os cabanos no Grão-Pará. Dissertação de mestrado*. Belém: NAEA-UFPA, 1994.

civilizatórios, inseridos em um prisma cientificista proposto pelo autor. Dessa forma, para Raiol, além da repressão aos movimentos de rebelião, as autoridades políticas e intelectuais deveriam preocupar-se com o processo evolutivo das populações amazônicas, que pertencentes a grupos étnicos indígenas, mestiços e negros, necessitavam ser “regeneradas” por populações brancas, tanto no âmbito da manutenção da ordem política, como também “racialmente”.

### OS TAPUIAS E A CIVILIZAÇÃO: ANALISANDO A PRESENÇA DO ÍNDIO NA OBRA *MOTINS POLÍTICOS*

Se existe um aspecto que contrasta com a grandiosidade e riqueza documental presentes na obra *Motins Políticos*, estudo produzido por Domingos Antônio Raiol, caracterizado por analisar uma série de lutas político-sociais ocorridas no Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX, foi à minúscula quantidade de descrições em relação à participação indígena nos eventos descritos.

Sua narrativa, mesmo enfocando um movimento cujo cenário principal foi à imensidão da floresta Amazônica e seus rios, poucas referências faz em relação à participação dos diversos grupos indígenas que habitavam a região nos movimentos de rebelião, aspecto no mínimo inusitado quando se observa o envolvimento quase geral da população do Grão-Pará no processo de lutas desencadeado após a Adesão.

Esse quase “silêncio” em relação ao “papel” indígena no processo de conflitos deflagrados na Amazônia entre 1820 e 1840 não deixa de ser instigante por ter ocorrido num estudo realizado sob a égide o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), instituição que através de suas sessões de etnologia e arqueologia criou “um espaço oficialmente definido para o estudo dos assuntos indígenas” (Kaori, 2009, p. 89) e que, algumas décadas antes, em 1840, havia promovido um concurso de monografias cujo “prêmio coube ao naturalista alemão Karl Von Martius, que destacou como eixo da formação histórica brasileira a fusão das três raças encarnadas no português, no índio e no africano” (Vainfas, 2002, p. 367).

Nos anos subsequentes, assim como o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, diversos estudiosos realizaram alguns trabalhos “sobre os indígenas: música, língua, usos, armas, indústria, ideias religiosas, organização social, trabalho, guerra, medicina” (Reis, 1999, p. 36), com o objetivo de “estabelecer uma sistematicidade na coleta de informações que pudesse atentar para as particularidades de cada grupo indígena” (Kaori, 2009, p. 86), reforçando a “avaliação eurocêntrica sobre os povos não brancos” (Ibidem, p. 156), que já havia sido enfatizada no texto de Von Martius.

Ao defender em sua obra *História geral do Brasil* (1854-1857) que a “história brasileira só começava em 1500” (Vainfas, 2002, p. 367) com a chegada dos portugueses, Vanhargen tornou-se “porta-voz de toda uma corrente que preconizava o uso da força contra os índios bravos, sua distribuição como recompensa aos que cativarem sua fixação e trabalhos compulsórios” (Cunha, 1992, p. 137). Por acreditar na condição do índio como uma “raça inferior” (Broca, 1979, p.193) que deveria passar por um processo “civilizatório”, esse estudioso defendia a escravização como o “caminho” mais adequado para alcançar esse fim, ao afirmar que:

Longe de condenarmos que se fizesse uso da coacção pela força para civilisar nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que delle havemos de lançar mão nós mesmos, em proveito do paiz, que aumentará seus braços úteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem á condição em que se acham nossos Africanos, viviriam nelas mais tranquilos e mais livres do que vivem, sempre horrorizados na sua medonha liberdade nos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus visinhos. Sim: acudamos, em quanto é tempo esses infelizes, que se estão exterminando e devorando mutuamente, e que todos são nossos parentes em Adão: procuremo-lhes o bem, apesar delles, que não sabem o que fazem. (Varnhagen, 1857, p. 21).

Essas palavras de Varnhagen, presentes no livro intitulado *História geral do Brasil*, representavam parte de um trabalho desse autor, onde ele expõe, entre outros aspectos, suas concepções em defesa do processo de “civilização” e “cooptação” dos grupos indígenas que ainda subsistiam no Brasil durante o 2º reinado.

Para esse historiador, o melhor destino das populações indígenas que sobreviviam em estágio de “barbárie” seria a integração forçada aos valores e cultura do homem branco, pois os “índios não eram donos do Brasil, nem lhes é applicavel como selvagens o nome de *Brazileiros*: não podiam civilisar-se sem a presença da força” (Ibidem, p. 28). Outro ponto ressaltado por Varnhagen é que os índios “de modo algum podem (...) ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade” (Ibidem, p. 28), expressando que a exaltação da figura do índio não passava de uma espécie de “pseudo-philantropia”, e concluía seu pensamento admitindo que “um historiador nacional e christão tem outros deveres a cumprir” (Ibidem, p. 28), muito mais significantes.

A ênfase desse historiador ao uso de métodos repressivos como a escravidão para acelerar o processo “civilizatório” das populações indígenas brasileiras e o pouco caso destinado ao passado dessas sociedades, suscitou muita polêmica durante a segunda metade do século XIX, particularmente quando alguns autores românticos começaram a “exaltar o elemento aborígine na formação de nossa nacionalidade” (Broca, 1979, p. 194), considerando o pensamento de Varnhagen como “um verdadeiro crime” (Ibidem, p. 194). Assim, intelectuais pertencentes a variadas áreas de conhecimento opuseram-se diretamente às opiniões de Varnhagen. No meio historiográfico e poético, o estudioso Domingos Gonçalves de Magalhães, por meio das obras *A Confederação dos Tamoios* (1856) e principalmente *Os Indígenas perante a história* (1860) assumiu uma “defesa intransigente do papel histórico dos nativos” (Vainfas, 2002, p. 367) propondo que os intelectuais brasileiros retratassem “a América junto com os costumes indígenas, ao invés de se inspirarem na natureza clássica” (Ventura, 1991, p. 34). Além disso, no campo literário, uma das vertentes românticas brasileiras, desenvolvida nas décadas de 1850 e 1860 conhecida como “indianismo” também travou uma acirrada “batalha” contra as percepções de Varnhagen. O “indianismo” se constituiu na época como

“uma verdadeira moda” (Broca, 1983, p. 136) congregando nomes do porte de “José de Alencar, na prosa, e Gonçalves Dias, no verso” (Ibidem, p. 136), cujas mais conhecidas obras foram respectivamente *O Guarani* (1857) e *Os Timbiras* (1857). Os integrantes desse movimento almejavam transformar o índio em “exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido (...) surgia à representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país” (Schwarcz, 1998, p. 136).

Opondo-se às opiniões de Varnhagen, que os “chamava de patriotas caboclos” (Ibidem, p. 140) os autores “indianistas” alcançaram êxito na “imposição da representação romântica do índio como símbolo nacional” (Ibidem, p. 140). As propostas defendidas por eles ganharam rapidamente prestígio por parte do Império, pois a “valorização do pitoresco da paisagem e das gentes (...) em vez do genérico, encontram no indígena o símbolo privilegiado. Representando a imagem ideal (...) no sentido de construir um passado honroso” (Ibidem, p. 140) para o Brasil.

Praticamente na mesma época em que essa polêmica se desenrolava, os primeiros tomos do livro *Motins Políticos* começavam a ser publicados. Neles, Domingos Antônio Raiol deixava transparecer nas entrelinhas das poucas referências relacionadas à participação indígena nos movimentos de rebelião no Grão-Pará as concepções direcionadas aos gentios. Nesse sentido, os trechos de *Motins Políticos* nos quais o Barão do Guajará dirige-se à participação indígena nos movimentos de rebelião ocorridos no Grão-Pará entre 1820 e 1840 estão longe do sentimentalismo Romântico.

Suas ideias em relação ao índio, chamados em muitos momentos genericamente de “tapuias”,<sup>8</sup> podem ser percebidas nas raras descrições acerca dessas populações no livro em questão, e favorecem a percepção na qual

---

<sup>8</sup> Apesar da não participação direta nas polêmicas intelectuais envolvendo a figura dos índios, a ênfase direcionada ao termo “tapuia” como denominação para os grupos indígenas amotinados, presentes nas páginas de *Motins Políticos*, deixa transparecer que as representações dessas populações por Domingos Antônio Raiol eram muitas vezes marcadas pela negatividade. Vale ressaltar que no século XIX, segundo Manuela Carneiro da Cunha, ganhou força a idéia de bipolaridade, na qual o “tupi” era idealizado como aquele que simbolizava a pátria e o “tapuia” era concebido como símbolo da selvageria e brutalidade. Para maiores esclarecimentos ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

havia mais proximidade do viés “civilizatório” defendido por Varnhagen do que propriamente do “indianismo” Romântico. Assim, para uma melhor compreensão das perspectivas defendidas por Raiol em relação aos índios, é válido conhecer as origens e os significados do conceito “civilização”. O mesmo segundo Norbert Elias:

O conceito francês de *civilisation*, exatamente como o conceito alemão correspondente *kultur*, emergiu (...) na segunda metade do século XVIII. Seu processo de formação, função e significado foram tão diferentes (...) como as circunstâncias e costumes da classe média nos dois países (...) *civilisé* era, como (...) os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores. (Elias, 1994, p. 53-54)

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, esse conceito em seus usos e atribuições, difundiram-se rapidamente por grande parte do mundo ocidental, alcançando de forma intensa a intelectualidade e lideranças políticas da América Portuguesa e de outras colônias europeias. Por meio dessa ideologia valorizadora do caráter civilizatório, ocorreu uma espécie de classificação dos “povos e raças, atribuindo-lhes um lugar e um papel na história humana. Para tanto, negou-se a existência de sociedades com história, documentação e formas de escrita fora do espaço europeu e asiático” (Ventura, 1991, p. 23-24). Além disso, naquele contexto, a “oposição entre Europa e América foi decisiva para a formação da consciência moderna, em que ideias centrais como o progresso e a superioridade da civilização, adquiriram evidência na figura histórica do selvagem de além-mar” (Ibidem, p. 24).

Tempos mais tarde, no Brasil Imperial, a “expressão *civilização* foi certamente uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas” (Vainfas, 2002, p. 141), sendo bastante comum em meio a variados discursos, principalmente aqueles que defendiam que “o país

precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas europeias, implementar medidas civilizadoras” (Ibidem, p. 141).

Em suma, para grande parte dos grupos dominantes nacionais no período, o desejo de estabelecer um modelo de “civilização” europeia nos trópicos estava diretamente relacionado à superação de diversos “males e problemas do país, dentre eles, a forte presença da herança africana” (Ibidem, p. 142) e também indígena. No pensamento de Raiol, os grupos indígenas participantes das lutas político-sociais na Amazônia, embora fossem em muitas situações aculturados, ou passando por esse processo, não haviam ainda alcançado a “civilização” em sua plenitude, por isso não possuíam nada de heroísmo em suas ações, caracterizadas muito mais como violentas, selvagens e ameaçadoras ao desenvolvimento do Império brasileiro ao longo do século XIX.

No presente livro era comum, os nativos encontrarem-se em “papéis” pouco importantes e não possuírem voz ativa, participando da narrativa como meros “figurantes”. Os índios eram, em diversas situações, apresentados como colaboradores dos atos de violência no Grão-Pará durante o contexto das rebeliões, como podemos observar na citação a seguir:

Jacó patacho (...) em uma pequena embarcação tripulada por índios, assaltava e roubava as canoas encontradas nas águas do Guajará e outros rios próximos à capital, assassinando as pessoas que lhe opunham resistência. (...) matando a sangue frio quase tôdas as pessoas que resistiram aos seus criminosos intentos. (Raiol, 1970a, p. 285).

Apesar da ênfase destinada às ações do líder desse bando criminoso, chamado Jacó Patacho, que não era índio, Domingos Antônio Raiol fez questão de destacar na narrativa de *Motins Políticos* que suas ações violentas contavam com apoio de populações indígenas que participavam diretamente das atrocidades cometidas.

Na ótica do Barão, os grupos indígenas, por não estarem completamente “civilizados”, tornavam-se fáceis de serem aliciados por bandidos ou lideranças políticas “mal intencionadas” a participar tanto dos movimentos de rebelião como também de bandos marginais. Estes, se aproveitando da suposta “ingenuidade”

dessas populações poderiam facilmente corrompê-las a seu favor. Além disso, mesmo sem interferência direta de alguma liderança branca ou mestiça “mal intencionada”, os grupos indígenas poderiam ameaçar a ordem vigente. Um bom exemplo dessa situação presente na obra *Motins Políticos* pode ser verificado quando Raiol refere-se positivamente às ações do tenente-coronel Simões da Cunha em um dos *motins*, pois o mesmo “tratou logo de restabelecer a ordem, como felizmente conseguiu na missão de Maués, onde os selvagens da Mundurucância tinham assassinado trinta praças com receio da suposta escravidão” (Ibidem, p. 270). Bárbaros, dissolutos e ameaçadores, os índios na narrativa de *Motins Políticos* estavam mais próximos das descrições de cientistas e naturalistas, que no geral atribuíam a essas populações caracteres depreciativos, permeados pela suposta inferioridade em relação à cultura europeia, que propriamente ao sentimentalismo romântico. Além das poucas referências sobre a participação de grupos indígenas nos *motins*, Domingos Antônio Raiol se preocupou em expor essas populações a partir de um enfoque diferenciado, caracterizado por aspectos referentes ao plano cultural, linguístico e etnográfico dessas sociedades amazônicas.

Um exemplo da presença de percepções sobre os índios semelhantes aos estudos realizados pelos intelectuais cientificistas pode ser observado nas informações prestadas pelo Barão em relação ao processo de fundação da cidade de Vigia, onde esse autor trata minuciosamente de várias características dessas populações, de sua língua, costumes e espaço que habitavam:

Os índios tupinambás foram os seus primeiros habitantes, formando uma aldeia a que chamavam *Uruitá*. Essa palavra compõe-se de uru, cêsto com tampa, feito de cipó entremeado de palha, que serve de baú aos índios – e de *itá*, pedra. Naturalmente havia no pôrto entre as lajes que atualmente ainda existem, alguma com semelhança de cêsto, donde derivaram aquêle nome que significa na língua tupi – cêsto de pedra. (...) Esta circunstância aconselhou a escolha que o govêrno colonial fêz dêste ponto para estabelecer uma guarnição destinada a proteger a navegação contra os assaltos dos índios (...). Apesar dos minguidos recursos dessa triste época de barbaria, a nascente povoação foi tendo algum crescimento. (Ibidem, p. 733)

Além da preocupação em analisar os significados de palavras de origem tupi, utilizadas para descrever a ocupação dessas populações na região onde foi criada a comunidade de Vigia, o Barão de Guajará se empenhava em qualificar os nativos que habitavam primordialmente as terras onde seria estabelecido aquele núcleo populacional como “bárbaros” e ameaçadores a “civilização”. Raiol, ao contrário da visão “indianista”, não relacionava os índios a qualquer perspectiva patriótica ou heroica. Em sua narrativa, os gentios estavam muito mais próximos das ideias de violência e destruição que haviam assolado a Amazônia durante as décadas de 1820 a 1840. Dessa forma, as considerações sobre os grupos indígenas que fizeram parte nos movimentos de rebelião eram marcadas pela aproximação do espírito científico de finais do século XIX, quando os acontecimentos históricos poderiam ser supostamente explicados a partir de leis objetivas e naturais.

Embasado nessas ideias, em alguns trechos da narrativa de *Motins Políticos*, Domingos Antônio Raiol buscava descrever aspectos que demonstrassem a mistura entre as culturas indígena, negra e branca, aproximando-se curiosamente nessa situação de alguns estudos realizados por naturalistas e etnólogos, comuns na virada do século XIX para o XX, como podemos verificar na citação a seguir, direcionada à festa de São Tomé:

Esta festa, ensinada pelos jesuítas, era feita por tapuios não por devoção, porém por mero folguedo (...). Na noite de Natal, na véspera e no dia da festa, que era em uma das oitavas, o juiz e a juíza caminhavam pela catedral precedidos do sairé, que era um semicírculo de cipó de seis palmos de diâmetro (...). Todo êste artefato era cingido de algodão batido, adereçado de malacachetas e fitas, aderente a seis pequenas varas também cobertas de algodão batido. Três índias pegavam estas varas, sendo a do meio chamada – mestra. Uma quarta índia pegava na ponta de uma longa fita atada no alto do sairé por baixo da cruz. Esta índia ia saltando para um e outro lado, adiante e atrás da mestra (...). Estas índias e as outras que acompanhavam o sairé como as mulheres que compareciam à casa do juiz e da juíza, trajavam cassas e cambraias tão finas que não

escondiam, apenas lhes sombreavam as formas. (Ibidem, p. 542-543).

A observação desse trecho da obra *Motins Políticos* revela que as preocupações do Barão de Guajará em sua narrativa iam muito além de apresentar as populações indígenas unicamente como participantes dos movimentos de rebelião, pois envolviam aspectos que apontavam para o espírito científico e racional que despontava nas últimas décadas do século XIX. Nesse caso, gradativamente “os selvagens foram sendo vistos e analisados por padrões mais humanos ou naturais e menos míticos, passando á portadores de vários costumes condenados pela civilização” (Naxara, 2004, p. 45).

Sintonizado com essas propostas, Domingos Antônio Raiol mostrava nessa descrição contida no texto de *Motins Políticos* algumas opiniões relacionadas a um evento que simbolizava o processo de miscigenação entre a cultura indígena e as pertencentes às populações brancas e africanas. Nesse sentido, seu pensamento sobre a realização dessa festa era muitas vezes marcado por enfatizar os traços supostamente “negativos” dessa mistura, fato que o aproximava da linguagem cientificista que começava a se difundir no Brasil durante o contexto das décadas de 1860 e 1870.

Assim, embora as considerações de Raiol sobre a participação indígena nos festejos da noite de Natal em uma área de Belém centrem o enfoque em populações indígenas aculturadas, as mesmas são mostradas através de uma perspectiva que “buscava nas diferenças (...) entre homens indícios de caráter e de personalidade, que terminava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas” (Neto, 1997, p. 320) e também de certos comportamentos considerados “dissolutos”. Para completar, Domingos Antônio Raiol também enxergava as sociedades indígenas a partir dos preceitos de irracionalidade e selvageria. Sobre esse ponto, as referências presentes nessa citação, direcionadas à participação de índias seminuas na festa de Natal na capital paraense durante as ocorrências da Cabanagem, podem ser consideradas elucidativas quanto a essa questão, por simbolizarem um momento no qual o Barão recusava e criticava diretamente o comportamento social e cultural de grupos indígenas em processo de integração a partir do convívio com os brancos.

Para Raiol, a participação de comunidades indígenas nos *motins*, ou mesmo na realização de festas que ressaltavam seus traços culturais e comportamentais, representava aspectos que fortaleciam o caráter “degenerado” dessas populações, que em seu estágio de “atraso” e “selvageria” pouco tinham a contribuir para o desenvolvimento da região. Assim, por meio de concepções “civilizatórias”, o Barão de Guajará acreditava na perspectiva de imposição da cultura do homem branco sobre as indígenas, visando através de medidas como a educação e a catequização, saídas para o suposto “atraso” em que essas populações se encontravam:

Promover a educação da mocidade; vigiar sôbre os estabelecimentos de caridade, prisões e casas de correção e trabalho (...) promover as missões de catequese de índios, a colonização de estrangeiros (...) cuidar de promover o bom tratamento dos escravos. (Raiol, 1970a, p. 81)

A ausência de políticas atuantes responsáveis por medidas que facilitariam a inclusão dos índios no processo de “civilização”, como haviam objetivado os jesuítas em relação às sociedades indígenas do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, se constituía numa possível resposta, segundo Raiol, para a participação dessas populações nos movimentos de rebelião na Amazônia durante a fase de Adesão e Regência.

No tocante a esse aspecto, Domingos Antônio Raiol criticava diretamente as medidas adotadas pelo governo lusitano desde a época colonial, particularmente o Diretório Pombalino na Amazônia,<sup>9</sup> ao expressar que

---

<sup>9</sup> Na segunda metade do século XVIII, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, visando superar os entraves a exploração da Amazônia, de sua colonização e gerar mais lucros para Portugal, estabeleceu uma política indigenista, conhecida como Diretório. Essa, consolidada através de uma lei promulgada em 1755, foi responsável por retirar os grupos indígenas da tutela missionária, pois visava integrar essas populações ao convívio com o homem branco, através da atividade de colono. Para informações mais detalhadas, ver: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988. SOARES, Álvaro Texeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

“as fábricas nacionais e as roças comuns, eram estabelecimentos criados sob inspiração de alguns especuladores a fim de melhor de locupletarem com o trabalho dos pobres índios” (Ibidem, p. 202).

Segundo Raiol, o Governo Imperial brasileiro deveria seguir (em relação aos índios) o modelo implantado por várias potências imperialistas europeias no século XIX, caracterizado pela “existência de um projeto missionário de implantação dos ‘valores superiores’ da civilização ocidental no planeta” (Neto, 1997, p. 319), pois segundo o Barão, os “melhoramentos sociais têm limites que é lícito ultrapassar, acelerando fora de tempo os movimentos regulares da civilização” (Raiol, 1970a, p. 992).

Acreditando que os “tapuias” eram portadores de costumes “violentos” e “abomináveis”, o Barão de Guajará defendia que os mesmos não haviam ainda sido “manipulados” pelas autoridades de uma forma mais adequada para que fosse possível o alcance da “civilização”, pois mesmo com a proposta governamental de inserir a catequese e a civilização dos indígenas na “pauta como um ramo do ‘serviço publico’ integrado à pasta Ministerial do Império” (Kaori, 2009, p. 244), Raiol defendia ações mais enérgicas por parte da monarquia para resolver esse “problema”.

Em sua obra inacabada *Um capítulo de história colonial do Pará*, elaborada alguns anos após a publicação do último tomo de *Motins Políticos*, Domingos Antônio apresenta vários caminhos para algumas ações que acreditava serem adequadas para o alcance desse fim, centradas na proposta de inserir nos gentios os “benéficos influxos da civilização” (Raiol, 1970b, p. 287) para a superação dos “hábitos rudes e selváticos (...) como os têm todos os povos barbarizados” (Ibidem, p. 287).

Dessa forma, uma das primeiras medidas defendidas pelo Barão consistia em admitir que apesar dos índios serem portadores de “erros e defeitos, que os tiveram muitos e abomináveis (...) êles uma vez ou outra foram algozes dos conquistadores” (Ibidem, p. 293). Ainda sobre esse ponto, Raiol discordava de Varnhagen ao afirmar que no “Brasil, os naturais nunca foram tratados como deviam sê-lo” (Ibidem, p. 293), e a melhor saída consistia no fim de medidas rudes e violentas contra eles, que em diversas situações foram “reduzidos à escravidão, perseguidos e martirizados” (Ibidem, p. 293).

Além disso, Raiol lamentava que ao longo da história brasileira, os conflitos entre índios e colonizadores haviam propiciado a morte de muitos gentios, ocasionando a “perda de tantos braços robustos, afeitos ao clima, e aos rigores do tempo” (Ibidem, p. 293), pois, acostumados a “gozar da antiga liberdade dos bosques, era natural que considerassem tentativa de escravidão qualquer constrangimento que se lhes fizesse” (Ibidem, p. 288).

Conhecedor das situações que envolviam o índio na época, Domingos Antônio Raiol acreditava que a melhor forma destes alcançarem a “civilização” consistia no processo intensivo de catequização realizado por meio da “intervenção dos missionários” (Ibidem, p. 288), única saída para estabelecer boas relações com os índios “derramando-lhes no espírito o sentimento de paz e fraternidade”. Essa posição ocorria também em razão da “retomada de uma tradição filantrópica devolvida por uma releitura cristianizada e mais conservadora” (Kaori, 2009, p. 174), influenciada pelos debates do período nos quais “seria uma expressão e uma referência o *Espírito do Cristianismo* de Chateaubriand” (Ibidem, p. 174), a quem Raiol faz diversas referências no texto de *Motins Políticos*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta breve investigação realizada nas páginas da obra *Motins Políticos*, pôde-se perceber que nem só de eventos factuais e da ênfase ao papel de alguns “heróis” foram feitos os tomos desse livro. Seu autor Domingos Antônio Raiol deixou transparecer nesses escritos, elaborados no decorrer de quase três décadas (1865-1890), o influxo de ideias que circulavam naquele contexto, entre elas o pensamento cientificista, direcionado em vários momentos a sociedade amazônica. Por meio dessas concepções, o Barão de Guajará almejava encontrar significados mais “exatos” e “biológicos”, na perspectiva de explicar o complexo envolvimento de negros e índios nos eventos político-sociais que haviam abalado a Amazônia na primeira metade do século XIX.

Nesse sentido, utilizando-se de exemplos diretos ou metafóricos pertencentes ao cientificismo, Raiol fez algumas alusões à participação negra e

indígena nos motins do Grão-Pará, objetivando ilustrar, por meio da apresentação de argumentos pertinentes aos conhecimentos biológicos e raciais, que qualquer movimento contrário à ordem estabelecida era considerado ameaçador aos ideais de progresso e propagador da anarquia. Suas percepções em relação ao pensamento científico aproximavam-se das opiniões expostas por Haeckel, que “apresentou a teoria da evolução como o melhor argumento contra as aspirações igualitárias” (Delage; Goldsmith, 1909, p. 390), ou de Spencer, que através da biologia nutria “o desejo de legitimar a ordem social existente” (Ibidem, p. 398).

Sob a égide dessas ideias, Raiol deixava indícios de que acreditava na determinação de fatores como raça e catequização, como propiciadores da “civilização”, defendendo ao mesmo tempo, o processo migratório de populações europeias para a superação do suposto “atraso” da Amazônia frente a outras partes do Brasil e do mundo. Interlocutor na região de um discurso cientificista, Domingos Antônio Raiol empregou em seu livro um relato cuja sociedade, face ao advento dos movimentos de rebelião, não era observada somente a partir de suas opiniões políticas e econômicas, mais também em virtude das supostas “desigualdades”, presentes no corpo, alma e mente dos grupos humanos envolvidos.

Para o Barão, o conhecimento adquirido por meio do pensamento científico, em vigor na época, era importante, e as teorias desenvolvidas por alguns intelectuais, particularmente europeus, deveriam ser levadas em consideração pelas autoridades políticas brasileiras, no sentido de intensificar o processo civilizatório de comunidades negras e indígenas, através respectivamente do controle social para os africanos e da ação de grupos missionários responsáveis pela catequização e educação dos aborígenes.

Finalmente, apesar de ter deixado muitos “silêncios” quanto à participação negra e indígena na obra *Motins Políticos*, o Barão de Guajará transmitiu em seus escritos aquilo que acreditava quanto ao destino dessas populações. Os “tapuias” descritos por ele, embora vistos como portadores de costumes “selvagens” e “bárbaros”, caso fossem “educados” e “cristianizados”, sem exploração e violências, tinham plena condição de adequarem-se aos valores “civilizados” do homem branco, e assim contribuírem para o engrandecimento do Império.

## BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, R. S. L. (et ali). *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- BASTOS, A. C. T. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. p. 293
- BRASIL, T. P. S. *Compendio elementar de geographia geral do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1864.
- BROCA, B. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis e a Política: mais outros estudos*. São Paulo: Polis, Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983.
- CUNHA, M. C. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Trad. Armando Cortesão. Lisboa: Tipografia A Editora Limitada, 1909.
- DIAS, M. O. L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- ELIAS, N. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- HECKEL, E. *Maravilhas da vida*. Trad. João de Meyra. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão. 1910. p. 83
- KAORI, K. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

- KOTHE, F. R. *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MALLATO, H. *A explicação científica*. IN: CARVALHO, M. C. M. (Org.). *Construindo o saber – metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 18 ed. Campinas (SP): Papirus, 2007.
- NAXARA, M. R. C. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- NEEDELL, J. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NETO, E. F. História e Etnia. IN: CARDOSO, C. F. C. & VAINFAS, R. (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAIOL, D. A. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970a. Original em 5 v. 1865-1890.
- \_\_\_\_\_. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA. 1970b.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.
- Revista do instituto historico e geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert. 1856.
- RICCI, M. *História amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993, pp.13-28.
- RICCI, M. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, J. M. & GUZMÁN, D. A. (Orgs.).

- Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. 7ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980.
- SANTOS, G. A. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Pallas/EDUC/Fapesp, 2001.
- SCHWARCZ, L. K. M. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.
- \_\_\_\_\_. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHULZ, J. *O exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 98
- SILVA, J. M. P. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Tomo II, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1865.
- VAINFAS, R. (org). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARNHAGEN, F. A. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857.
- VENTURA, R. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.